

O Utilitarismo e a Ética Prática

“Devemos nós estender a nossa preocupação a todos os seres capazes de sentir prazer e dor cujos sentimentos são afetados pela nossa conduta ou devemos confinar a nossa visão à felicidade humana? A primeira visão é aquela adotada pela (...) escola utilitarista (...) parece arbitrário e irrazoável excluir da finalidade, assim concebida, qualquer prazer de qualquer ser senciente.”

– [Henry Sidgwick](#)¹

Table of Contents

1. Introdução
2. Há alguma Diferença entre Causar e Permitir Danos?
3. Exigência
4. Imparcialidade quanto a Causas
5. O Círculo Moral Expansivo
 - O Cosmopolitismo: Expandindo o Círculo Moral Perpassando a Geografia
 - O Antiespecismo: Expandindo o Círculo Moral Perpassando as Espécies
 - O Longotermismo: Expandindo o Círculo Moral Perpassando o Tempo
6. O Respeito às Normas Morais do Senso Comum
7. Conclusão
8. Recursos e Leituras Adicionais

Introdução

O utilitarismo tem implicações importantes para a maneira como deveríamos pensar sobre levar uma vida ética. Neste capítulo, focamos em cinco das suas implicações teóricas. Primeiro, diferentemente de muitas outras teorias éticas, o utilitarismo não considera ações e omissões como moralmente diferentes. Segundo, ele é exigente de um modo incomum: requer que sacrifiquemos mais que muitas outras teorias éticas requerem. Terceiro, ele implica que deveríamos ser imparciais quanto a causas: que deveríamos aplicar os nossos esforços altruístas a onde quer que possamos ter o impacto mais positivo sobre os outros. Quarto, ele nos insta a considerar o bem-estar dos indivíduos independentemente de em qual país eles vivem, a qual espécie eles pertencem e em qual

ponto no tempo eles existem. Quinto, apesar de diferir radicalmente da moralidade do senso comum enquanto uma abordagem à ética, o utilitarismo geralmente endossa, sim, as proibições morais do senso comum.

Discutimos sobre como os utilitaristas deveriam agir na prática no artigo [Agindo de Acordo com o Utilitarismo](#). Em suma, a maioria dos utilitaristas deveriam [doar uma porção considerável da sua renda](#) para tratar dos problemas mais prementes do mundo, [dedicar as suas carreiras a fazer o bem](#) e aspirar a altos graus de cooperatividade, integridade pessoal e honestidade.

Há alguma Diferença entre Causar e Permitir Danos?

“Uma pessoa pode causar o mal aos outros não só pelas suas ações como também pelas suas inações e em ambos os casos ela é justamente imputável por elas por conta do dano.”

– [John Stuart Mill, On Liberty](#)

Muitos não consequencialistas creem que há uma diferença moralmente relevante entre [causar danos e permitir danos](#), ainda que as consequências de uma ação ou inação sejam as mesmas. Essa posição é conhecida como a “Doutrina do Fazer e Permitir”, segundo a qual danos causados por ações — por coisas que fazemos ativamente — são piores que danos de omissão. Aqueles que subscrevem essa doutrina podem, por exemplo, afirmar que é pior fazer mal a uma criança, tudo o mais estando igual, do que o é não impedir que a mesma criança seja ferida num acidente.

Claro que tudo o mais tipicamente não é igual. Da perspectiva dos consequencialistas e dos não consequencialistas, igualmente, uma norma social que permita às pessoas fazer mal às crianças seria pior do que uma que permita às pessoas negligenciar impedir que as crianças sejam machucadas acidentalmente. Isso é porque causar ativamente dano às crianças poderia estabelecer um precedente que encoraja os outros a causarem mais danos às crianças, o que teria piores consequências como um todo. Causar danos pode bem ser *instrumentalmente* pior que permitir danos ainda que a *Doutrina do Fazer e Permitir* seja falsa.

No entanto, ao passo que os consequencialistas — incluindo os utilitaristas — aceitam que causar danos é tipicamente, em termos instrumentais, pior que permitir danos, eles negam que causar danos seja intrinsecamente pior que permitir danos. Para os utilitaristas, somente o resultado vivenciado pela criança é o que importa em si mesmo. Para a criança machucada, o resultado é o mesmo — quer você cause o dano, quer outra pessoa o cause e você não o impeça. Quando considerada da perspectiva da criança, a distinção entre ação e omissão é irrelevante: quer o sofrimento dela resulte da sua ação deliberada, quer resulte da sua negligência, ela sofre de qualquer maneira.

Importa enormemente se há ou não há uma diferença moral intrínseca entre causar e permitir danos. Conforme observado acima, a *Doutrina do Fazer e Permitir* encontra-se no âmago do desacordo entre muitos consequencialistas e não consequencialistas. Ademais, isso importa para a

tomada de decisão no mundo real. Por exemplo, as diretrizes éticas de muitas associações médicas jamais permitem que os médicos causem ativa e intencionalmente a morte de um paciente. No entanto, é aceitável que os médicos deixem intencionalmente um paciente morrer em certas circunstâncias, como quando o paciente está com demasiada dor e quer pôr fim à sua vida. Essa distinção — entre um médico deixar um paciente doente terminal morrer e um médico assistir ativamente um paciente que quer pôr fim à sua vida — é considerada menos relevante de uma perspectiva utilitarista. Se permitimos que os médicos deixem morrer um paciente que é doente terminal (que deseja pôr fim ao seu próprio sofrimento), um utilitarista argumentaria que também deveria ser permitido que os médicos assistam ativamente um paciente a ocasionar a sua morte com o seu consentimento.

Exigência

O utilitarismo é uma teoria ética bastante exigente: ele mantém que sempre que você pode fazer mais bem ao ajudar as outras pessoas do que você pode fazer ao ajudar a si mesmo, você deve ajudar os outros.² Por exemplo, se você pudesse sacrificar a sua vida para salvar as vidas de várias outras pessoas, outras coisas estando iguais, você deveria fazê-lo, segundo o utilitarismo.

Embora sejam raras as ocasiões em que sacrificar a sua vida é a melhor coisa a fazer, o utilitarismo ainda é bastante exigente no mundo de hoje. Por exemplo, ao doar para uma instituição de caridade de saúde global altamente eficaz, você pode salvar a vida de uma criança por somente alguns poucos dólares.³ Contanto que tais doações beneficiem os outros mais do que alguns milhares de dólares beneficiariam você — como quase certamente beneficiariam, se você for um cidadão de um país abastado —, você tem a obrigação de doar. De fato, é provável que você tenha a obrigação de doar a maior parte da sua renda durante todo o seu período de vida. Segundo o utilitarismo, só é permissível gastar dinheiro consigo mesmo — por exemplo, indo ao cinema ou comprando roupas bacanas — se você pensar que esse gasto faria mais bem do que qualquer doação possível. Esse é um padrão bem alto.

Além de requerer doações bem consideráveis, o utilitarismo afirma que você deve escolher seja qual for a carreira que mais beneficiar os outros também. Isso pode envolver o trabalho sem fins lucrativos, fazer pesquisas importantes ou entrar para a política ou o ativismo.

Imparcialidade quanto a Causas

A visão prevalecente quanto a ajudar os outros é que é uma questão de preferência pessoal quem devemos ajudar e como devemos ajudá-los. Nessa visão comum, podemos escolher sobre focar na educação, nas artes, nas espécies em extinção ou em alguma outra causa com base nas nossas paixões pessoais.⁴

No entanto, os utilitaristas argumentam que não deveríamos escolher o nosso foco com base primeiramente no nosso apego pessoal pela causa social; antes deveríamos aplicar o nosso foco a

onde quer que possamos ter o impacto mais positivo sobre os outros. O utilitarismo implica o que podemos chamar de *imparcialidade quanto a causas*⁵:

Imparcialidade quanto a causas é a visão de que a nossa escolha sobre em qual causa social focar deve depender da, e somente da, quantidade esperada de bem que podemos fazer nessa causa.

Para ilustrar essa ideia, suponha que você possa doar para uma entre duas instituições de caridade diferentes. Uma fornece redes mosquiteiras para proteger crianças da malária; a outra trata pacientes com câncer. Suponha que você fosse salvar duas vezes mais vidas ao doar para a instituição das redes mosquiteiras do que ao doar para a instituição do tratamento do câncer; no entanto, um membro da sua família morreu de câncer, de modo que você tem um apego pessoal por essa causa. Você deveria, portanto, doar para a instituição do tratamento do câncer?

O utilitarista argumentaria que não. Na visão utilitarista, a importância de salvar duas vidas em vez de uma supera o apego pessoal que pode levar o doador a priorizar a vida dos sofredores de câncer. Do ponto de vista do utilitarismo, deveríamos ser completamente imparciais ao decidirmos qual causa social apoiar e antes deixar essa decisão ser movida somente pela questão sobre onde podemos fazer o maior bem.

Algo importante é que sabemos que algumas maneiras de beneficiar indivíduos fazem muito mais bem do que outras. Por exemplo, dentro da causa da saúde e do desenvolvimento globais, algumas intervenções são 100 vezes mais eficazes que outras.⁶ Além disso, muitos pesquisadores creem que a diferença em impacto esperado entre *causas* é tão grande quanto a diferença entre *intervenções dentro de uma causa particular*. Se for assim, focar nas melhores causas é vastamente mais impactante que focar nas médias.

O Círculo Moral Expansivo

Uma questão crucial ao decidirmos a qual causa dedicarmos os nossos esforços diz respeito a quais indivíduos incluímos nas nossas deliberações morais.

Reconhecemos agora que características como a raça, o gênero e a orientação sexual não justificam discriminar indivíduos ou desconsiderar o seu sofrimento. Com o tempo, a nossa sociedade expandiu gradualmente a nossa preocupação moral a cada vez mais grupos, uma tendência de progresso moral frequentemente chamada de o *círculo moral expansivo*.⁷ Mas quais são os limites dessa tendência? Será que o círculo moral deveria incluir todos os humanos, porém parar por aí? Deveria ele se expandir para incluir os animais não humanos também? Ou deveria, em última análise, se estender até as plantas e o ambiente natural?

O utilitarismo provê uma resposta clara a essa questão: deveríamos estender a nossa preocupação moral a todo *ser senciente*, o que significa todo indivíduo capaz de vivenciar estados de consciência positivos ou negativos. Isso inclui os humanos e provavelmente muitos animais não humanos, mas não plantas e outras entidades que são não sencientes. Essa visão é por vezes chamada de

senciocentrismo, visto que considera a senciência como a característica que torna indivíduos dignos de preocupação moral. Justificando essa perspectiva, Peter Singer escreve:

A capacidade de sofrer e de desfrutar das coisas é um pré-requisito para alguém sequer ter interesses, uma condição que deve ser satisfeita antes que possamos falar de interesses de uma maneira significativa. Seria um contrassenso dizer que não serve aos interesses de uma pedra ser chutada pela estrada por uma criança. Uma pedra não tem interesses, porque ela não pode sofrer. Nada que possamos fazer a ela poderia fazer alguma diferença para o seu bem-estar. Um camundongo, por outro lado, tem, sim, um interesse em não ser atormentado, porque camundongos sofrem se são tratados dessa maneira. (...)

*Se um ser sofre, não pode haver justificativa moral nenhuma para nos recusarmos a levar esse sofrimento em consideração. *Não importa a natureza do ser, o princípio da igualdade requer que o sofrimento seja considerado igualmente com o sofrimento semelhante — desde que comparações aproximadas possam ser feitas — de qualquer outro ser. Se um ser não é capaz de sofrer, ou de vivenciar prazer ou felicidade, não há nada a ser levado em conta. É por isso que o limite da senciência (...) é o único limite defensável de preocupação pelos interesses dos outros.

8

Com base nisso, uma prioridade dos utilitaristas pode ser ajudar a sociedade a ampliar o seu círculo moral de preocupação. Por exemplo, podemos querer persuadir as pessoas de que elas deveriam ajudar não só aqueles do seu próprio país, mas também aqueles do outro lado do mundo; não só aqueles da sua própria espécie, mas toda criatura senciente; e não só pessoas atualmente vivas, mas quaisquer pessoas cujas vidas elas possam afetar, incluindo aquelas nas gerações por vir.

O Cosmopolitismo: Expandindo o Círculo Moral Perpassando a Geografia

De acordo com o utilitarismo, a distância geográfica e a filiação nacional são fundamentalmente irrelevantes, moralmente falando. Isso quer dizer que, à luz do utilitarismo, não temos nenhum fundamento para discriminar uma pessoa por causa de onde ela mora, de onde ela vem ou qual nacionalidade ela tem. Isso faz do utilitarismo um exemplo de cosmopolitismo moral. Os proponentes do cosmopolitismo moral creem que, se você tem os meios para salvar uma vida num país distante, fazê-lo importa tanto quanto salvar uma vida próxima no seu país; todas as vidas merecem consideração moral igual, onde quer que elas estejam.

É claro que a distância geográfica entre um indivíduo e o seu beneficiário pode importar instrumentalmente — frequentemente, é mais fácil ajudar pessoas próximas do que pessoas distantes. No entanto, num mundo cada vez mais globalizado, tem se tornado muito mais fácil beneficiar até aqueles que vivem no outro lado do mundo. E por causa de desigualdades econômicas extremas, uma unidade adicional de recursos beneficia pessoas nos países menos desenvolvidos muito mais do que pessoas em países abastados como os Estados Unidos e o Reino Unido — potencialmente, de 100 a 1.000 vezes mais.⁹

Discutimos sobre as implicações do cosmopolitismo para a ação ética no artigo [Agindo de Acordo com o Utilitarismo](#).

O Antiespecismo: Expandindo o Círculo Moral Perpassando as Espécies

O utilitarismo se importa não apenas com o bem-estar dos humanos, mas também com o bem-estar dos animais não humanos. Conseqüentemente, o utilitarismo rejeita o *especismo*, a prática de dar a indivíduos menos consideração moral do que a outros ou tratá-los pior com base na sua filiação de espécie. Dar consideração moral a indivíduos é simplesmente considerarmos como o nosso comportamento os afetará, seja por ação ou por omissão. Como o descreve [Peter Singer](#):

Racistas violam o princípio da igualdade atribuindo mais peso aos interesses dos membros da sua raça quando há um conflito entre os seus interesses e os interesses daqueles de uma outra raça. Sexistas violam o princípio da igualdade favorecendo os interesses do seu sexo. Similarmente, especistas permitem que os interesses da sua espécie superem os interesses maiores dos membros de outras espécies. O padrão é idêntico em cada caso.¹⁰

Há um consenso científico crescente de que muitos animais não humanos são sencientes,¹¹ embora não necessariamente na mesma medida. Isso inclui a maioria dos vertebrados, como os mamíferos, as aves e os peixes, e potencialmente alguns invertebrados, como os octópodes ou até os insetos. Esses animais podem sentir prazer e dor, e essas experiências são moralmente relevantes de uma perspectiva utilitarista.

Rejeitar o especismo implica dar *consideração moral igual* ao bem-estar de todo indivíduo, mas não implica tratar toda espécie igualmente. A filiação de espécie não é moralmente relevante *em si mesma*, mas indivíduos que pertencem a diferentes espécies podem diferir de outras maneiras que importam, sim, moralmente falando. Em particular, é provável que indivíduos de diferentes espécies não tenham a mesma capacidade de ter experiências conscientes — por exemplo, por causa de números diferentes de neurônios nos seus cérebros. Visto que os utilitaristas creem que somente a consciência importa moralmente em si mesma, a preocupação utilitarista com indivíduos é proporcional à sua capacidade de ter experiências conscientes. É perfeitamente consistente com uma rejeição do especismo dizer que devemos considerar igualmente o bem-estar de um peixe e o de um chimpanzé, sem isso implicar que eles têm a mesma capacidade de sofrer na mesma medida.

Da perspectiva utilitarista, o que importa **intrinsecamente** é o bem-estar de seres sencientes individuais, não a sobrevivência das espécies ou a integridade do ecossistema ou da natureza. Indivíduos podem sofrer, enquanto uma “espécie”, um “ecossistema” ou “a natureza” não pode. É claro que a sobrevivência de espécies e a integridade de ecossistemas e da natureza podem bem ser importantes instrumentalmente, à medida que contribuem ao bem-estar dos indivíduos.

O especismo subjaz à atual exploração de bilhões de animais não humanos pelos humanos. Os animais são amplamente vistos como recursos: eles são criados e abatidos para a alimentação,

usados para o vestuário ou explorados pelo seu trabalho. [Essas práticas frequentemente resultam numa situação em que os animais vivenciam um sofrimento extremo.](#)

No entanto, nem todo sofrimento animal é causado pelos humanos. Há muito mais animais selvagens vivendo na natureza do que há animais domesticados.¹² Em contraste com a visão romantizada generalizada da natureza, os animais selvagens vivem vidas curtas em ambientes severos e vivenciam sofrimento de muitas fontes, incluindo a predação, doenças, parasitas, a exposição ao calor ou ao frio extremo, a fome, a sede e a desnutrição. Contra esse pano de fundo, seria errado considerarmos somente o bem-estar dos animais domesticados, que os humanos prejudicam ativamente, enquanto ignoramos o bem-estar dos animais selvagens, que meramente permitimos que sejam prejudicados.¹³ Como observado anteriormente, para o utilitarista, a distinção entre fazer e permitir danos é irrelevante. Portanto, do ponto de vista utilitarista, deveríamos nos importar igualmente com o bem-estar dos animais domésticos e selvagens. Dito isso, atualmente pouco sabemos sobre como melhorar sistematicamente as vidas dos animais selvagens. Em contraste, reduzir o consumo pela sociedade da carne de fazendas industriais, ou melhorar as condições nesses lugares, geraria benefícios claros e enormes para os animais.¹⁴

Discutimos sobre as implicações da rejeição do especismo para a ação ética no artigo [Agindo de Acordo com o Utilitarismo](#).

O Longotermismo: Expandindo o Círculo Moral Perpassando o Tempo

Da perspectiva utilitarista, as pessoas do outro lado do planeta importam nem um pouco menos que as pessoas geograficamente mais perto de nós. Da mesma forma, o utilitarismo considera o bem-estar das gerações futuras como não sendo em nada menos importante do que o bem-estar daquelas vivas hoje simplesmente porque as primeiras estão bem longe no tempo.

Um fato impressionante sobre a história da civilização é simplesmente quão cedo nela parece que estamos. Há 5.000 anos de história registrada atrás de nós, mas quantos anos potencialmente ainda estão por vir? Se meramente durarmos tanto quanto a espécie de mamíferos típica, ainda temos 200.000 anos restantes. Mas os humanos não são mamíferos típicos, e se pudermos preservar a nossa espécie, há um bilhão de anos a mais até que a Terra não seja mais habitável¹⁵, e outros planetas e sistemas solares estarão por aí por trilhões de anos. Mesmo na mais conservadora dessas linhas do tempo, já progredimos por uma pequenina fração da história registrada. Se a saga da humanidade fosse um romance, ainda estaríamos na primeira página.

Poderia haver astronomicamente mais pessoas no futuro do que na geração presente. Isso sugere fortemente que, para ajudarmos as pessoas em geral, a nossa preocupação central deveria ser não meramente ajudar a geração presente, mas garantir que o futuro de longo prazo vá tão bem quanto possível.¹⁶ Essa ideia é conhecida como *longotermismo forte*:

O longotermismo forte é a visão de que o determinante mais importante do valor das nossas ações no presente é quanto essas ações afetam o futuro bem distante.

O longotermismo forte é implicado pelas formas mais plausíveis de utilitarismo¹⁷, se presumirmos que algumas das nossas ações podem afetar significativamente o futuro no longo prazo e que podemos estimar quais efeitos são positivos e quais são negativos. Por exemplo, há riscos à sobrevivência prolongada da raça humana, incluindo os da guerra nuclear, de mudanças climáticas extremas, de patógenos feitos pelo homem e de inteligências artificiais gerais.¹⁸ Se cremos que a sobrevivência prolongada da raça humana é positiva em termos de valor, então reduzir o risco da extinção humana é uma maneira de influenciar positivamente o futuro bem distante.¹⁹ Uma discussão do longotermismo iria além do escopo deste capítulo, mas, para aprender mais, recomendamos ler [este artigo acadêmico](#).²⁰

Discutimos sobre as implicações do longotermismo para a ação ética no artigo [Agindo de Acordo com o Utilitarismo](#).

O Respeito às Normas Morais do Senso Comum

Às vezes, as pessoas confundem o utilitarismo com algo que afirma que *devemos sempre explicitamente calcular o valor esperado de cada ação possível e realizar qualquer ato que marcar mais alto*. O utilitarismo, de fato, *não* recomenda adotar esse procedimento decisório “utilitarista ingênuo”.²¹

Em vez disso, enquanto [teoria multinível](#), o utilitarismo especifica metas morais — critérios para julgar objetivamente os méritos morais de uma ação, dados todos os detalhes factuais relevantes²² —, mas deixa em aberto a questão sobre qual tipo de *procedimento decisório* devemos tentar seguir na prática. Afinal, é uma questão empírica em aberto como melhor efetivamente alcançar as metas morais especificadas.

O utilitarismo implica que deveríamos utilizar qualquer procedimento decisório que melhor nos ajudaria a promover o bem-estar geral (em expectativa). Embora não possamos estar certos sobre qual procedimento decisório satisfaz esse critério, podemos oferecer conjecturas bem informadas. Como os psicólogos Stefan Schubert e Lucius Caviola argumentam em [Virtudes para Utilitaristas no Mundo Real](#), podemos promover o bem-estar geral da melhor forma ao buscarmos ambiciosamente [ações robustamente boas que efetivamente ajudem os outros](#), enquanto minimizamos riscos de perdas por meio de virtudes e restrições do senso comum.

É amplamente reconhecido que os humanos não são confiáveis no cálculo de utilidades,²³ especialmente quando elas entram em conflito com regras e heurísticas geralmente confiáveis (como as que proíbem danos aos outros). Como resultado, não podemos tomar cálculos sobre o valor esperado de violações de regras pelas suas aparências. Ainda que você tenha calculado que, de

alguma forma, serviria o bem maior assassinar o seu rival, você deveria ser bastante cético sobre a verdade disso. Afinal, se você não acredita realmente que seria no geral melhor que outros indivíduos (similarmente situados) fizessem o mesmo, você deve acreditar que a maioria dos cálculos que favorecem o assassinato efetivamente vão por água abaixo. Logo, se você não tem evidências especiais (que quebrem simetria) que estabeleçam que você, em particular, é a rara exceção a essa regra, você deve concluir que os seus próprios cálculos assassinos muito provavelmente irão por água abaixo.²⁴ Assim, na ausência de evidências especiais, você deveria concluir que a sua violação de regra efetivamente tem um valor esperado mais baixo, apesar do seu cálculo inicial indicando o contrário.

Podemos ter a maior confiança de que nossas ações têm valor esperado positivo quando, em vez disso, buscamos ajudar os outros de modos que são apoiados por boas evidências e minimizam riscos de perdas.²⁵ No longo prazo, devemos esperar que um altruísmo honesto e cooperativo faça mais bem do que uma maquinação implacável pelo “bem maior”, pois (i) historicamente, maquinadores implacáveis frequentemente fazem mais mal do que bem, (ii) as pessoas, com razão, não confiam em maquinadores implacáveis e (iii) num mundo complexo é difícil fazer muita coisa sem a confiança e a cooperação dos outros. Se isso estiver certo, um altruísmo cooperativo honesto sistematicamente tem *maior valor esperado* do que uma maquinação implacável e ele deve ser preferido pelos utilitaristas.

Em suma, os utilitaristas *não* nos dizem para calcular constantemente as utilidades e cegamente seguir seja lá o que os nossos cálculos recomendarem. Isso seria previsivelmente contraproducente, o que é contrário ao espírito pragmático da teoria. O utilitarismo antes recomenda procedimentos decisórios fundamentados no seu valor esperado. Quando estamos incertos, devemos ser guiados por qualquer procedimento decisório que mais razoavelmente (à luz de tudo que sabemos sobre vieses humanos e limitações cognitivas) esperamos gerar melhores resultados. Isso significa seguirmos *heurísticas* ou regras gerais frequentemente confiáveis

Como uma primeira ideia em estado bastante bruto, um procedimento decisório utilitarista plausível poderia nos direcionar a:²⁶

1. buscar qualquer “alvo fácil” para efetivamente ajudar os outros enquanto evitamos danos,
2. inculcar virtudes para utilitaristas no mundo real (incluindo o respeito por normas morais do senso comum) e,
3. num momento calmo, refletir sobre como poderíamos melhor priorizar e alocar nossos esforços morais, inclusive pela busca de análises de custo e benefício feitas por especialistas e outras evidências para melhor informar nossos juízos gerais de valor esperado.²⁷

Conclusão

O utilitarismo tem implicações importantes para o modo como deveríamos pensar sobre levar uma vida ética.

A teoria rejeita uma diferença moral intrínseca entre causar e permitir danos. Essa posição contribui ao caráter exigente do utilitarismo, visto que implica que, sempre que decidimos não ajudar uma outra pessoa, somos cúmplices na sua infelicidade.

À luz do utilitarismo, deveríamos escolher com cuidado em quais problemas morais trabalhar e por quais meios, com base em onde podemos fazer o maior bem. Deveríamos estender a nossa preocupação moral a todos os seres sencientes, o que quer dizer todos os indivíduos capazes de vivenciar a felicidade e o sofrimento. O utilitarismo nos insta a considerar o bem-estar de todos os indivíduos independentemente de a qual espécie eles pertencem, em qual país eles vivem e em qual ponto do tempo eles existem.

Embora os utilitaristas devam tentar usar as suas vidas para fazer o maior bem que puderem, na prática eles devem fazê-lo enquanto respeitam as virtudes morais do senso comum como a honestidade, a integridade, a justiça e o cumprimento às leis. Há razões pelas quais não vemos utilitaristas roubando bancos para doar os recursos: essas proibições morais do senso comum ajudam a sociedade a funcionar harmoniosamente, e qualquer cálculo ingênuo de que violar tal proibição promoveria o bem maior está quase sempre equivocado.

O próximo capítulo discute sobre teorias rivais importantes que podem coincidir significativamente com o utilitarismo na prática.

Next Chapter: Alternativas Praticamente Utilitaristas

Como Citar esta Página

MacAskill, W., Meissner, D., and Chappell, R.Y. (2023). O Utilitarismo e a Ética Prática. In R.Y. Chappell, D. Meissner e W. MacAskill (eds.), *An Introduction to Utilitarianism*, <<https://www.utilitarisme.net/o-utilitarismo-e-a-etica-pratica>>, acessado em 26/05/2025.

Recursos e Leituras Adicionais

Há alguma Diferença entre Causar e Permitir Danos?

- Fiona Woollard & Frances Howard-Snyder (2016). [Doing vs. Allowing Harm](#). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Edward N. Zalta (ed.).
- Jonathan Bennett (1995). *The Act Itself*. Oxford University Press.

O Círculo Moral em Expansão

- Peter Singer (1997). [The Drowning Child and the Expanding Circle](#). *New Internationalist*.
- Peter Singer (1981). [The Expanding Circle: Ethics, Evolution, and Moral Progress](#). Princeton: Princeton University Press.

O Cosmopolitismo: Expandindo o Círculo Moral Perpassando a Geografia

- [Poverty & Our Response to It: Crash Course Philosophy #44](#)
- Peter Singer (2009). [The Life You Can Save](#). New York: Penguin Random House. (O livro está disponível para baixar gratuitamente)
- Peter Singer (1972). [Famine, Affluence, and Morality](#). *Philosophy & Public Affairs*. 1(2): 229–243.
- Samuel Scheffler (1999). [Conceptions of Cosmopolitanism](#). *Utilitas*. 11(3): 255–276.

O Antiespecismo: Expandindo o Círculo Moral Perpassando as Espécies

- [Non-Human Animals: Crash Course Philosophy #42](#)
- Peter Singer (1975). [Animal Liberation](#). New York: HarperCollins.
- Jeff McMahan (2002). [Animals](#). Em R. G. Frey and Christopher Wellman (eds.), *The Blackwell Companion to Applied Ethics*. Oxford: Blackwell., pp. 525–536.
- Jeff Sebo (2019). [A Utilitarian Case for Animal Rights](#). *Effective Altruism Global*.

O Longotermismo: Expandindo o Círculo Moral Perpassando o Tempo

- Toby Ord (2020). [The Precipice: Existential Risk and the Future of Humanity](#). London: Bloomsbury Publishing.
- Hilary Greaves & William MacAskill (2019). [The Case for Strong Longtermism](#). *Global Priorities Institute*.
- Nick Beckstead (2013). [On the Overwhelming Importance of Shaping the Far-Future](#). PhD Dissertation, Rutgers University.
- Nick Bostrom (2003). [Astronomical Waste: The Opportunity Cost of Delayed Technological Development](#). *Utilitas*. 15(3): 308–314.
- William MacAskill (2022). [What We Owe the Future](#). Basic Books.

O Respeito às Normas Morais do Senso Comum

- Allan Gibbard (1984). [Utilitarianism and Human Rights](#). *Social Philosophy and Policy*, 1(2): 92–102.
- R.M. Hare (1981). [Moral Thinking](#). Oxford University Press.
- J.L. Mackie (1985). Rights, Utility, and Universalization. Em R.G. Frey (ed.) *Utility and Rights*. Basil Blackwell.
- Philip Pettit & Geoffrey Brennan (1986). [Restrictive Consequentialism](#). *Australasian Journal of Philosophy*, 64(4): 438–455.

1. Sidgwick, H. (1981). [The Methods of Ethics](#). Hackett Publishing. Book IV, p. 414. ↩
2. Para uma discussão sobre a exigência no contexto do alívio da pobreza global, veja Singer, P. (2009). [The Life You Can Save](#). New York: Penguin Random House LLC. ↩
3. GiveWell (2019). [Your dollar goes further overseas](#). ↩
4. Berman, J. Z., Barasch, A., Levine, E. E., & Small, D. A. (2018). [Impediments to Effective Altruism: The Role of Subjective Preferences in Charitable Giving](#). *Psychological Science*. 29(5): 834–844. ↩
5. A defesa da neutralidade quanto a causas é feita em Effective Altruism Foundation (2017). [The Benefits of Cause-Neutrality](#). ↩
6. Ord, T. (2013). [The Moral Imperative Towards Cost-Effectiveness in Global Health](#). *Center for Global Development*. ↩
7. Cf. Singer, P. (1981). [The Expanding Circle: Ethics, Evolution, and Moral Progress](#). Princeton: Princeton University Press. ↩
8. Singer, P. (2011). [Practical Ethics](#). Cambridge: Cambridge University Press., p. 50. ↩
9. Cf. MacAskill, W. (2015). [Doing Good Better: How Effective Altruism Can Help You Make a Difference](#). New York: Penguin Random House. Chapter 1. Observe que o Professor William MacAskill, coautor deste site, é o autor de *Doing Good Better*. ↩
10. Singer, P. (2002). [Animal Liberation](#). New York: HarperCollins Publishers., p. 9. De fato, há evidências da psicologia que sugerem que o especismo caminha lado a lado com outras atitudes discriminatórias como o racismo, o sexismo e a homofobia: Cf. Caviola, L; Everett, J. A. C. & Faber, N. S. (2017). [The Moral Standing of Animals: Towards a Psychology of Speciesism](#). *Journal of Personality and Social Psychology*. 116(6): 1011–1029. ↩
11. Por exemplo, veja a [Cambridge Declaration on Consciousness](#) de Low, P. et al. (2012). ↩

12. Ray, G. (2017). [How Many Wild Animals Are There?](#). *Wild Animal Suffering Research*. ↩
13. Há um debate acadêmico em andamento sobre a importância moral do bem-estar dos animais selvagens. Por exemplo, veja o seguinte: Ng, Y. (1995). [Towards Welfare Biology: Evolutionary Economics of Animal Consciousness and Suffering](#). *Biology and Philosophy*. 10 (3): 255–285. [doi:10.1007/BF00852469](#) McMahan, J. (2013). [The Moral Problem of Predation](#). Em Chignell, A; Cuneo, T. & Halteman, M. (eds.). *Philosophy Comes to Dinner: Arguments on the Ethics of Eating*. London: Routledge. Moen, O. M. (2016). [The Ethics of Wild Animal Suffering](#). *Etikk I Praksis - Nordic Journal of Applied Ethics*. 10: 1–14. ↩
14. Para mais discussão sobre esse tópico, recomendamos esta entrevista com o pesquisador Persis Eskander: Eskander, P. (2019). [Animals in the wild often suffer a great deal. What, if anything, should we do about that?](#). *80,000 Hours Podcast with Rob Wiblin*. ↩
15. Adams, F. C. (2008). Long-Term Astrophysical Processes. Em Bostrom, N. and Cirkovic, M. (eds.) [Global Catastrophic Risks](#). Oxford: Oxford University Press. ↩
16. Para uma discussão sobre essa ideia e os seus pressupostos subjacentes, veja Beckstead, N. (2013). [On the Overwhelming Importance of Shaping the Far-Future](#). PhD Dissertation, Rutgers University. ↩
17. Cf. Greaves, H. & MacAskill, W. (2019). [The Case for Strong Longtermism](#). *Global Priorities Institute*. Section 4.1. Observe que o Professor William MacAskill, coautor deste site, é também um coautor desse artigo. ↩
18. Para uma discussão detalhada sobre riscos existenciais e a importância moral do futuro da humanidade no longo prazo, veja Ord, T. (2020). [The Precipice: Existential Risk and the Future of Humanity](#). London: Bloomsbury Publishing. ↩
19. Para um artigo clássico sobre a importância de reduzirmos riscos existenciais, veja Bostrom, N. (2013). [Existential Risk Prevention as Global Priority](#). *Global Policy*. 4 (1): 15–3. ↩
20. Observe que o Professor William MacAskill, coautor deste site, é também um coautor desse artigo. ↩
21. Como o [capítulo 2 explica](#): “[P]elo que sabemos ninguém jamais defendeu o utilitarismo de nível único [isto é, utilizar o critério utilitarista como um procedimento decisório universal], incluindo os utilitaristas clássicos. Deliberadamente calcular as consequências esperadas das nossas ações é dado ao erro e arrisca nos fazer cair em paralisia decisória.” ↩
22. Tais detalhes poderiam simplesmente ser estipulados num exemplo hipotético. Em casos da vida real, nossa incerteza sobre detalhes factuais relevantes deve geralmente ser transferida para nos deixar similarmente incertos sobre os nossos veredictos e avaliações morais. ↩

23. Veja, p. ex., J.L. Mackie (1985). Rights, Utility, and Universalization. Em R.G. Frey (ed.) *Utility and Rights*. Basil Blackwell. ↩
24. Em particular, você não pode tomar pelas aparências a sua inclinação a pensar que há razões especiais no seu caso, se você acredita que a maioria das pessoas em situações subjetivamente semelhantes estão enganadas ao considerarem ter tais razões especiais. Evidências que quebram simetria são evidências que estabelecem *distintivamente* a sua confiabilidade em comparação com outros indivíduos com crenças semelhantes (porém, no caso deles, enganosas). Observe que tais evidências que quebram simetria são muito difíceis de encontrar! ↩
25. Isso não quer dizer que devemos otimizar estritamente para a *confiança* no valor esperado positivo: pode ser que valha menos a pena buscar algo que é *com certeza minimamente bom* em expectativa do que algo que é *quase* com certeza alto em valor esperado (VE), ainda que haja um ligeiro risco de que você tenha negligenciado algo que significaria que a ação é, na realidade, levemente negativa em expectativa. Tal incerteza poderia ainda resultar num valor esperado maior “todas as coisas consideradas”, em princípio. A ideia é simplesmente que os fundamentos para duvidarmos de um veredicto positivo a partir de nossos cálculos de VE iniciais devem nos levar racionalmente a atribuir um valor esperado mais baixo (e, em alguns casos, até *negativo*) a essa opção, tudo sendo considerado. E, na prática, parece que devemos frequentemente ter fortes probabilidades a priori de que ações que violam direitos são mais negativas que positivas, o que um cálculo bruto e amplamente inconfiável não bastaria para superar. ↩
26. Essas afirmações não estão, falando no sentido estrito, inseridas no utilitarismo enquanto teoria moral. Em vez disso, estamos especulando sobre a questão adicional sobre *qual procedimento decisório tem o maior valor esperado em circunstâncias típicas*. (Observe que, em princípio, a resposta pode ser diferente para diferentes indivíduos em diferentes circunstâncias. Nada no utilitarismo requer uniformidade, se isso não for o melhor.) ↩
27. Isso poderia (mas não precisa) incluir realizar alguns cálculos informais de valor esperado. Mesmo assim, para verdadeiramente maximizar o valor esperado, esses cálculos ingênuos devem ser moderados por restrições contra maquinações implacáveis, dados juízos anteriores de que elas são muito provavelmente contraproducentes. Ou seja, se calculamos um “valor esperado” explícito ligeiramente maior para um ato do que para o outro, mas a primeira opção envolve uma flagrante violação de norma, devemos provavelmente concluir que a segunda (mais segura) opção é *efetivamente* melhor em expectativa. ↩